

# **DE SINGAPURA À BRASÍLIA: O URBANISMO TRANSNACIONAL E NOVAS CONSTRUÇÕES DO HABITAT**

Marcelo Augusto de Almeida Teixeira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília. Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professor de Teoria e História da Arquitetura no Centro Universitário do Distrito Federal.

## 1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o espaço urbano, e por consequência nosso habitat, tem sido crescentemente moldado por articulações transnacionais. Neste contexto, conforme a geógrafa Nelba Azevedo Penna (2014), “o planejamento e a cidade surgem como oportunidades para negócios”, objetivando a acumulação do capital, sendo “assumidos como um projeto empreendedor”. Ainda, para Penna, a cidade torna-se então uma “fábrica para a produção de produtos urbanísticos sofisticados para o consumo, inclusive da habitação, pois sua expansão permite a liberação de terras, aumentando o mercado imobiliário” (PENNA, 2014). Para a socióloga chinesa Xuefei Ren (2011), a “arquitetura transnacional” (que uso aqui como sinônimo de urbanismo transnacional) passou então a ser o principal modo de produção espacial da contemporaneidade, desterritorializando a produção, o consumo e a interpretação do espaço urbano (REN, 2011, p. 5). Desta forma, a cidade passa a ser um produto sobre o qual diversas forças, locais e globais, atuam em sua configuração, sendo as metrópoles asiáticas exemplares nesta configuração múltipla e polissêmica.

Nas últimas décadas, a Ásia apresentou ao mundo transformações urbanas com repercussões para além de suas fronteiras: metrópoles asiáticas tornaram-se modelos globais de urbanismo transnacional, onde uma multiplicidade de atores converge para a alteração do ambiente construído, de maneiras de construir o habitat e da subjetividade dos seus habitantes. Cidades como Dubai, Singapura e Hong-Kong forneceram modelos a serem replicados por outras cidades mundo afora ansiosas pela inserção nos fluxos de investimentos imobiliários transnacionais e pela criação de novas identidades cidadinas aptas a competir em um cenário de espelhamento e rivalidade entre cidades em nível global. A metrópole torna-se, segundo Michael Peter Smith (2011), uma “encruzilhada de relações sociais constituídas das interações de atores locais, nacionais e transnacionais, e das redes pelas quais estes operam” (SMITH, 2011, p.184). Entre estes atores, situam-se corporações multinacionais de construção civil e investimentos imobiliários, escritórios de arquitetos globais, governos em diversos níveis, bancos, associações de moradores, parcerias transnacionais entre governos e corporações, especuladores internacionais, todos em permanente tensão entre noções globais e locais de

“cidade”. O planejamento urbano, sob estes atores, privatiza-se e pulveriza-se crescentemente, reduzindo aos poderes municipais e dos cidadãos a decisão quanto aos rumos de suas cidades, cada vez mais decididos além das fronteiras nacionais.

A circulação internacional de modelos urbanos asiáticos e a ascensão do urbanismo especulativo em diversos países levariam a algumas perguntas: O que teriam em comum mega empreendimentos imobiliários como “*La Cité Du Fleuve*” (em Kinshasa, Congo), Astana (a nova capital do Cazaquistão) e a futura expansão urbana de Brasília planejada por uma empresa de Singapura? Como as experiências urbanas de Dubai e da China estariam implicadas no surgimento de novas cidades planejadas pela África e Ásia? Os empreendimentos urbanos em larga escala, de iniciativa privada, teriam repercussões na subjetividade de seus moradores? Qual o papel dos “*starchitects*” e dos edifícios icônicos nestas novas cidades? Em discussão: urbanismo especulativo, neoliberalismo, governança democrática e autoritarismo, formação de subjetividades e novas construções do habitat.

Este artigo será dividido em quatro partes: na primeira, tentarei traçar uma genealogia do Urbanismo Transnacional, desde Singapura e Dubai, passando pela China, até as novas cidades africanas, objetivando fornecer uma linha condutora entre a experiência singapuriana, sua replicação em Dubai e a posterior expansão destes modelos para economias emergentes. Na segunda parte apontarei brevemente as relações entre autoritarismo e neoliberalismo e entre estes e expansão urbana, com o intuito de problematizar a imagem de sucesso automático atribuído às experiências de Singapura e Dubai e sua replicação em outros contextos nacionais. Na terceira parte, apresento as relações entre arquitetos e regimes autoritários e o papel do arquiteto global e dos arranha-céus e outros edifícios icônicos no urbanismo transnacional, visando oferecer uma perspectiva crítica ao papel do arquiteto e do urbanista nestas novas configurações urbanas e do habitat. Por fim, questionarei de que maneira Brasília insere-se no urbanismo transnacional e que implicações este modelo teria sobre noções democráticas de governança urbana e como pode estar transformando as formas de habitat da capital modernista. Concluo que Brasília foi, em sua época, um experimento de urbanismo transnacional, onde visões exógenas de espaço urbano alteraram o ambiente construído e o habitat visando uma reconformação subjetiva de seus futuros moradores, com o propósito de serem modelos de uma nova sociedade brasileira.

## 2 DE SINGAPURA À ÁFRICA

Na primeira década do século XXI, foram anunciados diversos megaprojetos urbanos nos países agrupados no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) \_Qatar, Kuwait, Omã, EAU, Arábia Saudita, Bahrein\_ envolvendo bilhões de dólares de investimentos transnacionais em novas áreas urbanas, destinadas a elevar as economias locais a novos patamares e a romper com a histórica dependência do petróleo e gás. Em comum a estes projetos, está o modelo Dubai: empreendedorismo estatal aliado à especulação imobiliária, corporações transnacionais e iniciativa privada agindo na comoditização do espaço urbano e na transformação do habitat enquanto ferramenta de desenvolvimento econômico, inserção nos fluxos de investimentos globais e transformação de subjetividades individuais e coletivas, com assinatura de famosos arquitetos. O modelo Dubai, entretanto, ultrapassou as fronteiras dos países membros do CCG e diversos países abraçariam as promessas do urbanismo especulativo transnacional e apresentariam ao mundo novas oportunidades de investimento e criação de novas cidades. Observa-se, na construção destas novas cidades, a divisão internacional do trabalho, onde quem planeja são escritórios de arquitetura e corporações dos países de capitalismo avançado pós-industrial, quem financia são os países emergentes e quem constrói braçalmente são imigrantes e/ou de operários locais precarizados.

Para se traçar uma breve genealogia do urbanismo transnacional, devemos olhar para Singapura da década de 1970 e, posteriormente, à China pós-maoísta. O sucesso econômico de Singapura, a partir dos anos 70, tornou-se exemplo para as nações asiáticas em desenvolvimento, chamando também a atenção para o rigoroso planejamento urbano local, considerado exitoso em tornar a cidade apta a competir, em qualidade de vida e desenvolvimento urbano, com tradicionais metrópoles globais do Ocidente. Além disso, o governo local foi hábil em transformar Singapura em uma “marca” de sucesso, eficiência, ordem e arrojo urbano, avalizando suas empresas para exportar sua expertise em planejamento urbano e econômico para outros países (HUAT, 2011, p. 29-54). Um país pioneiro em importar a marca Singapura foi a China, onde Deng Xiaoping recomendou à burocracia chinesa aprender com o exemplo do vizinho asiático. Assim, Shenzhen, a primeira Zona de Processamento e Exportação (ZPE), em 1980, adotaria o modelo Singapura de

desenvolvimento econômico, e posteriormente cooperações sino-cingapurianas seriam replicadas em Dalian, Tianjin, Suchou, entre outras.

Entretanto, a partir dos anos 80, os chineses apresentariam ao mundo dramáticas transformações urbanas em escala jamais vista pela humanidade. Shenzhen, por exemplo, ao se tornar uma ZPE, apresentava pouco mais de 300 mil habitantes, que seriam mais de 10 milhões em 2011. Neste mesmo ano a população urbana chinesa ultrapassou a rural, formando uma rede de metrópoles que contaria com pelo menos 15 cidades com mais de dez milhões de habitantes e 50 entre cinco e nove milhões. A China passou a abrigar as três maiores megalópoles do mundo: Delta do Rio das Pérolas, Bohai e Delta do Yang-tsé. A emergência econômica e urbana chinesa traria consigo seus próprios modelos urbanos: Shanghai, Beijing, Hong-Kong, Shenzhen e Guangzhou, em uma rede de cidades que se espelham e competem mutuamente. A transformação do ambiente construído e do habitat tornou-se uma das chaves do desenvolvimento econômico e urbano e na formação de uma nova subjetividade metropolitana chinesa, fornecendo uma plataforma de experimentação social em diversas escalas ainda de contornos indefinidos.

Atualmente, existem vários megaprojetos urbanos em curso na China, como Qianhai Water City, empreendimento conjunto entre Hong-Kong e Shenzhen, com projeto do escritório inglês James Corner Field Operations para 1.5 milhão de pessoas em 20km<sup>2</sup> e destinada a ser a “Manhattan” da China, ao custo inicial de U\$ 35 bilhões. Chengdu Tianfu New City, aprovado em 2011: U\$ 90 bilhões de investimentos em 35 unidades entre 20 e 30 km<sup>2</sup>, com cerca de 200-300 mil habitantes cada e com partes do projeto desenhadas pelo escritório norte-americano Adrian Smith + Gordon Gill Architects. Outro exemplo é Tianjin Binhai New Area, com projeto do escritório norte-americano SOM, parceria entre China e Singapura, no qual se encontra Yujiapu Financial District, investimento de cerca de U\$ 34 bilhões. O governo chinês ainda planeja uma megalópole integrada de 42 milhões de habitantes, ao conurbar oito metrópoles do Delta do Rio das Pérolas. A simbiose entre diversos níveis de governos locais (nacional, provincial e municipal), empresas transnacionais e múltiplos atores sociais, elevariam o urbanismo especulativo chinês a patamares distintos, nos quais a própria China passaria a promover réplicas de seus empreendimentos urbanos em novas áreas de expansão do capitalismo imobiliário, como os vizinhos asiáticos (Camboja e Vietnã) e nos mercados emergentes africanos.

Se por um lado a China acumulou capital via construção de novas áreas urbanas ou demolição e reconstrução de existentes, por outro há indicações de limites: Kangbashi, distrito urbano em Ordos, cidade chinesa criada em 2003 para uma população estimada em um milhão e ainda subocupada ao custo de U\$ 160 bilhões. Ordos também apresentaria em 2007 um condomínio, Ordos 100 (uma parceria entre um empresário local, o artista plástico chinês Ai Wei Wei e o escritório suíço de arquitetura Herzog & De Meuron), inserido no projeto de um “distrito criativo” para o qual cem arquitetos de vanguarda europeus e norte-americanos assinam casas formando uma retórica visual para as pretensões de Ordos em ser uma “*next world-class city*”. Além disso, Ordos recebeu um museu de arquitetura arrojada assinado pelo escritório chinês MAD, prenúncio da formação de um crescente sistema chinês de starchitects autônomo ao do Ocidente (MCNEILL, 2009). Como exemplo de urbanismo transnacional, Ordos 100 exemplifica as possibilidades criativas das conexões múltiplas de circulação de modelos arquitetônicos e especulação imobiliária como estratégias de acumulação de capital em curto prazo.

Grandes empreendimentos urbanos na Ásia também apareceram na Malásia, na Coreia do Sul e na Índia. Iskandar, na fronteira malaia com Singapura, foi anunciada em 2006 e prevê três milhões de habitantes e investimentos de U\$ 35 bi. Já a Coreia lançou a aerotrópolis de Songdo em 2003, em um aterro de 610 hectares e projeto urbano dos norte-americanos KPF Architects com previsão de 70 mil habitantes e investimentos de U\$ 20 bilhões por parte das empresas transnacionais Posco, Gale International e Morgan Stanley Real Estate. Além de Songdo, a Coreia lançou em 2006 o empreendimento de [Yongsan International Business District](#), com planejamento urbano assinado por Daniel Liebeskind, investimentos previstos de U\$ 30 bilhões em 560 km<sup>2</sup>. Yongsan teria diversos arranha-céus assinados por escritórios europeus e norte-americanos como SOM, Dominique Perrault, Rex, MVRDV, Asymptote, KPF, Renzo Piano, BIG e de Daniel Liebeskind. Entretanto, Yongsan foi cancelado em 2013, devido à resistência de moradores adjacentes que seriam removidos. Na Índia, a empresa chinesa East China e o grupo transnacional Fairwood India anunciaram em 2007 o empreendimento Gujarat International Finance Tec-City (GIFT), ao custo de U\$ 11 bi em quatro km<sup>2</sup>, objetivando fornecer uma cidade de “classe mundial” para competir com Mumbai. Em comum entre estes projetos e os chineses está Singapura enquanto modelo de planejamento urbano e

econômico, empreendedorismo estatal e privado em conexões transnacionais e envolvimento de múltiplos atores sociais.

Voltemos à Singapura e a Dubai: a primeira, em dupla com Hong-Kong, teria sido modelo para a segunda. Dubai \_ que compartilha com Hong-Kong e Singapura o passado de ex-colônia britânica \_também enxergou no urbanismo transnacional um caminho para o desenvolvimento econômico e a inserção nos fluxos globais de investimento dentro da nova divisão internacional do trabalho. Dubai formaria com Hong-Kong um eixo econômico de interinvestimentos importantes para o neoliberalismo islâmico (SIU, 2011). O êxito de Dubai\_ que em poucas décadas passou a rivalizar com tradicionais cidades globais como Londres, Paris e Nova York\_ forneceu tanto uma nova imagem do mundo árabe quanto um novo modelo urbano a ser replicado, tornando-se uma nova marca a ser vendida para o consumidor global e novas economias ávidas pela inserção nos fluxos globais de investimentos imobiliários: desta maneira, Dubai não é apenas uma cidade do Golfo Pérsico, mas simultaneamente uma cidade filipina, paquistanesa, indiana, árabe (HAINES, 2011). Dubai tornou-se uma corporação, sob a qual as empresas estatais e/ou familiares da realeza local estão avalizadas para abrir novas fronteiras de expansão urbana e investimentos, do Canadá à África, como as empresas Dubai Ports e Emaar Properties.

O modelo Dubai seria replicado em dois grandes empreendimentos urbanos de países do CCG, como Madinat-Al-Hareer (Silk City) no Kuwait e King Abdullah Economic City na Arábia Saudita. A cidade kuwaitiana, aprovada em 2010 e a ser finalizada em 2026 terá 250 km<sup>2</sup>, investimento inicial de U\$ 94 bilhões e previstos 700 mil habitantes, sendo o empreendimento da Tamdeen Real Estate e assinado pelo arquiteto Eric Kuhne. A cidade saudita, empreendimento da emirati Emaar Properties, foi anunciada em 2005 a ser finalizada em 2020, para dois milhões de habitantes em 173 km<sup>2</sup> e investimentos de U\$ 86 bilhões. Em 2000, a Dubai Ports International (DP World), firmou contrato com o país africano do Djibouti para investimentos portuários e imobiliários, abrindo o país empreendimentos de empresas provenientes do CCG, como Al Noor City, cidade binacional, no Iêmen e no Djibout, empreendimento saudita do Bin Laden Group e investimentos iniciais de U\$ 200 bilhões, com população prevista em 2025 de 2.5 milhões no lado africano e 4.5 milhões no asiático, em 2.500 km<sup>2</sup> de área urbana. Investimentos de países do



CCG em expansão urbana foram feitos ainda na África islâmica, como no Sudão e Egito.

A África apresenta-se como uma nova fronteira de expansão do urbanismo transnacional: estima-se que na próxima década o continente africano torne-se urbano, o que aliado ao crescimento econômico continental registrado nos últimos anos, estimula megaprojetos, como Eko Atlantic City (Nigéria), Cité Du Fleuve (Congo), Konza e Tatu (Quênia), Apollonia e King City (Ghana). Além destes empreendimentos, as expansões urbanas de Kigali (Ruanda) assinada pelo escritório norte americano OZ Architects, Malabo (Guiné Equatorial), Luanda (Angola), Maputo (Moçambique) e Addis Ababa (Etiópia) podem ser inseridas nas correntes do urbanismo transnacional, já que nestes convergem empresas, fluxos de investimento e modelos urbanos e arquitetônicos de diversos países. Em Eko, anunciado em 2007, um aterro de 10 km na costa nigeriana será destinado a 250 mil habitantes e a ser um hub financeiro do continente, investimento de empresas nigerianas, europeias e chinesas. No Quênia, Tatu City, para cerca de 80 mil habitantes, é investimento russo, enquanto as expansões urbanas de Kigali, capital ruandense, recebem bilhões de dólares de empresas chinesas, ávidas por novos territórios urbanos a serem requalificados e inseridos nos fluxos transnacionais de investimentos imobiliários e corporativos. No Congo, segundo o antropólogo Filip de Boeck (2011) o mega empreendimento La Cite Du Fleuve pretende “capturar a aura de Dubai e outros polos no novo Sul Global urbano” (BOECK, 2011, p. 263), inserindo-se nos esforços de qualificação urbana de Kinsasha, sob o comando de construtoras chinesas e imobiliárias dos Emirados Árabes. Em comum a estes novos empreendimentos urbanos estão distritos comerciais e financeiros inspirados em Singapura e desenhos similares aos de Dubai. Alguns enxergam com desconfiança as iniciativas de expansão africana (KERMELIOTIS, 2013), após o investimento chinês de Kilamba, Angola, cidade de US\$ 1,30 bilhões inaugurada em 2011 para 500 mil habitantes que permaneceu subocupada. Para os céticos, haveriam limites para a expansão urbana transnacional e em sua capacidade de transformar radicalmente tanto as realidades locais por meio de alterações do ambiente construído e do habitat quanto as subjetividades dos novos habitantes.

Implicados na geopolítica do Oriente Médio e da Ásia Central, ex-repúblicas soviéticas também enxergaram em Dubai, Singapura e China modelos a seguir, como



o Azerbaijão e Cazaquistão. O primeiro investe bilhões de dólares provenientes de empresas do CCG, Rússia, China, Europa e Irã para fazer de Baku uma emergente metrópole global, com ajuda de conceituados escritórios de arquitetura do Ocidente. O segundo fez de sua nova capital, Astana (assinada pelo arquiteto japonês Kisho Kurakawa e principais edifícios por Norman Foster), vitrine das ambições cazaques na geopolítica da Ásia Central. Elevada como capital em 1995, Astana recebeu bilhões de dólares de investimentos e triplicou sua população, hoje em torno de 900 mil habitantes. No Cazaquistão, empresas de Singapura têm papel importante no desenvolvimento urbano e econômico local. Além de Baku, o Azerbaijão apresentou o empreendimento de Khazar Islands, uma cidade sobre 41 ilhas artificiais, para um milhão de habitantes e investimento de U\$ 100 bilhões oriundos de chineses, turcos, árabes e norte-americanos. O apelo a arquitetos celebrados do Ocidente, que é regra em Dubai e Abu Dhabi, daria a Baku e Astana obtenção de capital simbólico por parte nos novos empreendimentos urbanos. Aqui, uma questão emerge: a aliança entre arquitetos e regimes autoritários (VARTANIAN, 2008) e entre o urbanismo transnacional, autoritarismo e neoliberalismo.

### 3 NEOLIBERALISMO, AUTORITARISMO, NOVAS CIDADES

O exemplo citado de Yongsan, na Coreia do Sul, demonstra que movimentos sociais organizados são capazes de contrariar interesses bilionários. Ananya Roy (2011) exemplifica com Kolkata, na Índia, os limites que o urbanismo transnacional pode deparar-se frente à organização daqueles ausentes e/ou excluídos da “*world-class city*” (ROY, 2011). Já os espetáculos urbanos proporcionados por regimes não democráticos dos países do CCG, do Azerbaijão e do Kazaquistão levariam a um questionamento: a cidade neoliberal ávida por projeção global seria mais favorecida por regimes autoritários do que em democráticos? As matrizes Singapura e Dubai, além do passado colonial britânico, compartilham o fato de serem cidades-estados de regimes não democráticos, cujos êxitos os legitimariam na manutenção do poder. A adoção de uma racionalidade neoliberal no planejamento urbano destas duas cidades mascararia uma contradição: a cidade neoliberal propagandeia-se como conectada aos dogmas da propriedade privada, do livre mercado e iniciativa, da liberdade individual e democracia, ainda que levada a cabo por regimes autoritários nos quais as

liberdades democráticas liberais seriam minimizadas. Nos exemplos citados, os regimes autoritários são mais hábeis em impor políticas de planejamento urbano inseridos em uma racionalidade neoliberal porque agiriam como corporações e centralizariam as instâncias decisórias. Como em Dubai, a cidade-nação e as empresas da realeza emirati convergem para os mesmos objetivos porque, em resumo, são a mesma entidade e assim também seria em Singapura, onde a marca internacional confeccionada pelo governo local permitiria às suas empresas estatais abrir novos mercados no exterior.

Entretanto, a ausência de instituições capazes de proporcionar um ambiente democrático satisfatório nos países em desenvolvimento pode ser utilizada como argumento para a implantação de “*charter cities*”: cidades que funcionariam como “*startups*” econômicos e “*cívicos*” para o desenvolvimento regional e que seriam governadas pela iniciativa privada, tendo legislações diferenciadas do país hospedeiro. O conceito de “*charter city*” foi desenvolvido pelo economista Paul Romer, que vê na cidade chinesa de Shenzhen um antecedente exitoso do conceito, e seria implantada pioneiramente em Honduras e Madagascar. Em Honduras, seriam três cidades, com investimentos multinacionais e para as quais os modelos seriam Singapura e Hong-Kong, segundo o presidente Porfirio Lobo. Entretanto a iniciativa foi bloqueada pelo Supremo Tribunal hondurenho, sob acusação de ferir a soberania nacional. Para de Boeck, o empreendimento La Cité Du Fleuve, em Kinsasha, Congo, teria características de *charter-city*, por ecoar muitas das idéias atrás do conceito, como pretender-se um motor para a economia local e possibilidades de adoção de novos sistemas regulatórios para a sociedade congoleza (BOECK, 2011, p.263-286). Com a *charter-city* leva-se ao extremo a privatização e a comoditização urbana, tensionando o debate em relação ao direito à cidade, conforme Lefebvre (2008): o direito ao espaço público urbano enquanto lugar de encontros e simultaneidades não tomado pelo valor de troca, comércio e lucro (LEFEBVRE, 2008, p.106).

O comprometimento com o neoliberalismo, em tese, traria mais legitimidade aos regimes autoritários frente a uma comunidade internacional pós-Consenso de Washington. Para se tornarem cidades com crescentes investimentos externos diretos, Baku, Dubai, Astana, Abu Dhabi e Singapura promovem o consumismo e a comodificação do espaço urbano, tornando-se também mercados para os escritórios

globais de arquitetura. A expansão urbana e/ou a “requalificação” das áreas existentes tornam-se peças chaves no regime de acumulação de capital e na financeirização das economias neoliberais. Assim como as griffes internacionais são atraídas por estas cidades como fatores de credibilidade e legitimação dos regimes que as produzem (tornando-se indispensáveis na fetichização destas cidades e na construção destas em griffes) também arquitetos globais são chamados para certificá-las enquanto cidades de nível mundial e aptas a abrigar o consumidor global. Desta maneira, cabe a estas cidades atrair empresas e arquitetos certificados por um star-system mundial para desenhar edifícios icônicos e, entre arranha-céus espetaculares, legitimar a eficiência de suas políticas urbano-econômicas e amenizaras colateralidades de seus regimes políticos não democráticos.

#### 4 O ARQUITETO GLOBAL E OS EDIFÍCIOS ICÔNICOS

Baku, capital do Azerbaijão, tem em Zaha Hadid algumas de suas credenciais, compartilhando com Astana, nova capital do Kazaquistão, a presença de Norman Foster como fator de credibilidade de suas políticas urbanas. Daniel Liebeskind assina projetos em Singapura e na China, país no qual os arquitetos globais encontraram um mercado ávido por novidades arquitetônicas e pelo qual competem acirradamente com estratégias de marketing e relações públicas para captar contratos. O nome de um arquiteto global dentro de uma cidade lhe confere capital simbólico, passível de ser transmutado em capital econômico, legitimando-as e posicionando-as em um cenário de crescente competição entre metrópoles. Dubai possui diversos “*stararchitects*” e edifícios icônicos em seu portfólio, demonstrando que levou o “efeito Bilbao” (aquele iniciado após a inauguração do Museu Guggenheim de Frank Ghery na capital do país basco) a outros patamares: a “dubaiificação”, o ato de construir espetacularmente, sem levar em conta o contexto urbano, com a intenção de transformar todo e qualquer edifício em si mesmo um elemento icônico na cidade.

Abu Dhabi, em competição e espelhamento com sua vizinha e conterrânea Dubai, apresenta um exemplo do apelo a arquitetos celebrados e griffes internacionais de consumo cultural como ferramenta de atração de capital simbólico: o empreendimento bilionário de Saadiyat Island, ao custo U\$ 27 bilhões, destinado a 150 mil habitantes de alta renda terá cinco arquitetos laureados pelo Pritzker (Zaha

Hadid, Jean Nouvel, Arata Isozaki, Frank Gehry e Norman Foster) assinando os cinco museus (entre estes Louvre e Guggenheim) do distrito cultural, demonstrando uma dupla obtenção de capital simbólico: via arquiteto assinando o projeto do museu e da instituição em si. Além disso, Saadiyat terá um campus na Universidade de Nova York, como ferramenta de acumulação de capital cultural. Desta maneira, Abu Dhabi, ao atrair cinco arquitetos globais para assinar edifícios icônicos, posiciona-se estrategicamente no mercado internacional de cidades, e tem, nestes edifícios, tecnologias de formação subjetiva de seus habitantes.

Edifícios icônicos e formação subjetiva dos habitantes citadinos estariam implicados no que Aihwa Ong (2011) denominou de “*hyperbuilding*”: um processo intenso de edificação objetivando projetar cidades globalmente, destinados não só a interferir simbolicamente no cenário urbano mas também subjetivamente no cidadão local (ONG, 2011, p. 205). Após a inauguração das torres Petronas, em Kuala Lumpur, Malásia, em 1998, assinadas por Cesar Pelli, a Ásia se tornaria a maior produtora de arranha-céus como edifícios icônicos, como distintivos da emergência das economias locais. Em 2009, foi inaugurado em Dubai o Burj Khalifa, o maior arranha-céu do mundo, com projeto do escritório norte-americano SOM e investimento da Emaar Properties. Os arranha-céus asiáticos materializariam o conceito de *hyperbuilding* proposto por Ong e credenciariam uma cidade como “global”, cosmopolita e aberta à inovação. Desta maneira, ter um edifício assinado por um arquiteto global conferiria “cosmopolitismo” a uma cidade, sendo o cosmopolitano a parte humana da globalização neoliberal e modelo de cidadão (STRUXNESS, 2013, p. 17). Segundo McNeill (2009), os grandes escritórios globais de arquitetura tornaram-se indispensáveis para as estratégias de crescimento das corporações imobiliárias transnacionais e na aferição de status global aos seus empreendimentos e cidades que os abrigam (MCNEILL, 2009, p. 13). Estudos afirmam que edifícios icônicos desenhados por arquitetos globais teriam impactos econômicos, socioculturais, comerciais e comunitários onde são construídos (REUTSKAJA; NUENO, 2009). Além disso, os edifícios icônicos e seus arquitetos tornaram-se peças-chaves no urbanismo transnacional, ao circularem como modelos referenciais para novas cidades e para profissionais ávidos pela inserção nos fluxos globais de investimento imobiliário.

## 5 BRASÍLIA: CONSUMINDO A MARCA SINGAPURA?

Em 2012, delegações do Governo do Distrito Federal (GDF), com o então governador Agnelo Queiroz (Partido dos Trabalhadores), viajaram para Dubai e Singapura em busca de investimentos externos para o Distrito Federal, intencionando apresentar Brasília como futura cidade global<sup>1</sup>. Conforme Agnelo Queiroz, o “progresso e a modernidade” de Dubai são “exemplos a serem seguidos”. Ainda, para Queiroz, o objetivo da viagem a Singapura era “transformar Brasília em uma cidade global e posicioná-la entre as 5 cidades mais competitivas do mundo até 2060<sup>2</sup>” (DISTRITO FEDERAL, 2012). No mesmo ano de 2012, a Terracap (Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal) que também funciona como empresa imobiliária de propriedade do GDF e com autonomia financeira, administrativa e orçamentária, fechou contrato com a Jurong International, de Singapura, para o planejamento estratégico do crescimento econômico da capital federal até 2060. A Jurong é uma empresa ligada ao governo de Singapura, vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio local e dona de um portfólio considerável em planejamento urbano, econômico e industrial pela Ásia e África, referindo-se a si mesma como “sinônimo da industrialização cingapuriana”: Doha, Abu Dhabi, Shenzhen, Tianjin, Lagos, Belo Horizonte, Dalian, Panama, Tripoli, Shanghai são algumas das 150 cidades em 47 países que têm projetos assinados pela empresa, entre planejamento estratégico, gerenciamento até projetos urbanos e arquitetônicos. A iniciativa do GDF foi justificada, entre outros pontos, pela seguinte afirmativa:

Projetos de empreendedorismo urbano são fundamentais nas políticas públicas a fim de posicionar as cidades no mercado globalizado e no fluxo dos grandes intercâmbios comerciais e financeiros. Cabe à Terracap, com Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, desenvolver os potenciais da economia urbana e criar as condições para a competitividade da cidade.

<sup>1</sup> No site oficial do GDF, podem ser encontradas diversas notícias sobre as viagens de Agnelo Queiroz a Dubai e Singapura.

<sup>2</sup> Ver o documento intitulado “Brasília 2060: Estratégias rumo a liderança global”, elaborado pela Assessoria Internacional do Governo do Distrito Federal em 2012.

A proposta da Jurong para Brasília, sob o título “Plano Estratégico e Estrutural da Região da Grande Brasília”, abarcaria em torno de 6000 hectares, divididos entre quatro grandes projetos urbanos: uma “cidade aeroportuária” (com um novo aeroporto internacional), um parque industrial, parque logístico e centro financeiro internacional, cada um com um “bairro-parque”. Todos estes projetos seriam implantados próximos às cidades-satélites e distantes, no mínimo, 30 km do Plano Piloto de Brasília. O centro financeiro internacional ficaria próximo às áreas de expansão de condomínios destinados as classes médias e altas na rodovia DF-140 e a cerca de 40 km do centro do Plano Piloto. As terras próximas a esta rodovia tiveram seu uso alterado, de rural para urbano, em 2009, abrindo espaço para grandes condomínios como Alphaville e Dhama. Assim, a proposta da Jurong deslocaria centros dinâmicos da economia local para além do Plano Piloto, configurando novos polos de atração populacional, de investimentos e de alteração do habitat.

Desta maneira, o modelo Singapura de desenvolvimento urbano acerca-se das metrópoles brasileiras, como tendências do urbanismo transnacional atuando sobre Brasília, referência do planejamento urbano brasileiro. A ação se dá sob a proposta de associações transnacionais de governos, empresas e corporações agindo sobre o ambiente construído objetivando posicionar Brasília como cidade apta a captar fluxos de investimentos imobiliários internacionais, com pouco dialogo com os cidadãos. A contratação gerou diversos protestos locais e chegou a ter repercussão internacional, questionando-se a legalidade e a transparência da associação Terracap-Jurong, e a negligência com a expertise local e participação popular nas decisões sobre o futuro da cidade. O governo que sucedeu Agnelo Queiroz, o de Rodrigo Rollemberg (Partido Socialista Brasileiro) e eleito em 2014, decidiu reavaliar o contrato do GDF com a Jurong. Entretanto, as promessas de investimentos chineses no Distrito Federal, acima de U\$ 400 milhões, ainda que não relacionadas com o projeto da Jurong, demonstram como o urbanismo transnacional já impacta a capital brasileira, cujo destino urbano e econômico é crescentemente decidido em múltiplas instâncias, locais e globais, cada vez mais apartadas de seus habitantes. Conforme o atual secretário de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, Thiago de Andrade (2012):

A vanguarda do planejamento territorial atual não está nas grandes ações de construção do território com rapidez

industrial e sem lastro, aos moldes de contextos como os do Dubai, Abu Dhabi e das novas cidades chinesas, onde a participação das populações nos processos decisórios é ínfima. Nas sociedades em que as instituições democráticas são mais desenvolvidas, a responsabilidade pelo desenvolvimento urbano é compartilhada pelo conjunto da sociedade, com ampla e efetiva participação de agentes da sociedade civil. Tal compartilhamento se faz por ações estratégicas de longo prazo, com participação da mais alta inteligência do país, na tentativa de construir paulatinamente uma rede social e economicamente equilibrada de espaços úteis e vivo.

Pode-se afirmar que Brasília teria sido um precoce experimento de urbanismo transnacional, na escala permitida por sua época. O empreendedorismo estatal em cooperação com empresas privadas tendo na expansão urbana novas possibilidades de acumulação de capital e desenvolvimento econômico está no DNA brasiliense. Modelos exógenos de urbanismo foram misturados com referências locais e impostos sobre os moradores da futura capital, que não tiveram voz na concepção da cidade em que morariam, cabendo-lhes, conforme Lucio Costa (1988), “tomar conta daquilo que não foi concebido para eles”. Brasília, em sua gênese radicalmente oposta ao conceito de charter-city, por meio da sua construção *ex-nihilo*, funcionou como um startup do desenvolvimento econômico, social e cívico de um país, além de um experimento social e subjetivo que engendraria novas formas de convivência e de cidadania a serem amplificados por todo o Brasil.

Entretanto, a aplicação de modelos do urbanismo transnacional em Brasília sugere que novas formas de segregação e displicência com o direito à cidade por parte de seus cidadãos acerca-se. Conforme David Harvey (2013), “a liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados”. Quando as instâncias decisórias sobre o rumo de nossas cidades passam para atores sociais longínquos e transnacionais e são cada vez mais privatizados, o diálogo necessário entre os principais atores envolvidos na construção urbana (indivíduos, empresas,



proprietários rentistas, incorporadores e agentes imobiliários, Estado, usuários temporários e/ou permanentes dos edifícios e dos espaços urbanos, interesse público) é minimizado. Torna-se necessário, conforme sugerido por James Holston (2009), resgatar o espírito de Brasília, que originalmente sugeria revolucionárias formas de vida social e cidadania.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thiago de. **Acerca do contrato entre GDF e a JurongConsultants**. Brasília: atelierparalelo, nov. 2012. Disponível em <<http://www.atelierparalelo.com/blog/acerca-do-contrato-entre-gdf-e-a-jurong-consultants>>. Acesso em: out. 2015.

BOECK, Filip de. Inhabiting ocular ground: kinshasa's future in the light of Congo's spectral urban politics. **Cultural Anthropology**, v. 26, n. 2, p. 263-286, 2011.

COSTA, Lucio. **Brasília revisitada: 1985/87: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana**. [S.l.]: S. ed. 1988.

CHARTER cities: new cities: more choices: better rules. New York: NYU Stern, 2014. Disponível em: <<http://urbanizationproject.org/blog/charter-cities>>. Acesso em: set. 2015.

CHOW, Jason. A Starchitect's Footprints Expands. **The Wall Street Journal**, mar. 2010. Disponível em: <<http://blogs.wsj.com/scene/2012/03/20/starchitect-daniel-libeskind-expands-his-footprint-in-asia/>>. Acesso em: set. 2015.

DUTRA, Francisco. Sem listar contrapartidas, empresas chinesas acenam com investimentos pesados no DF. **Jornal de Brasília**, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldebrasilia.com.br/noticias/politica-e-poder/625072/empresas-chinesas-falam-em-investir-no-distrito-federal/>>. Acesso em: out. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Assessoria Internacional. **Brasília 2060: Estratégias rumo à**

liderança em competitividade global. 2012. Disponível em <  
[http://issuu.com/assinter/docs/app\\_final1/20](http://issuu.com/assinter/docs/app_final1/20)>

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Comunicação Social. “**Ponto a ponto**: Projeto Brasília 2060- Jurong Consultant/Cingapura, 2012.

DISTRITO FEDERAL. **O projeto básico**. 2012. Disponível em <  
<https://pt.scribd.com/doc/293780301/O-Projeto-Basico>>

HAINES, Chad. Cracks in the façade: landscapes of hope and desire in Dubai. Wiley-Blackwell, 2011. In: ROY, Ananya; ONG, Aihwa (Ed.). **Worlding cities**: Asian experiments and the art of being global. [S.l.]: John Wiley & Sons, 2011. p. 160-181.

HAMMOND, Andrew. Dubai model was the vision of one man. **Reuters**, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2009/11/27/us-dubai-model-analysis-idUSTRE5AQ3FD20091127>>. Acesso em: set. 2015.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Revista Piauí**, jul. 2013. Disponível em <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade>>. Acesso em: set. 2015.

HELM, Joanna. Brasilia government forges controversial contract with singapore. **ArchDaily**, dez. 2012. Disponível em:<  
<http://www.archdaily.com/304023/brasil-govt-forges-controversial-contract-with-singapore/>>. Acesso: out. 2015.

HONDURAS court bans private cities project. **BBC News**, Oct. 2012. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-latin-america-19999536>> Acesso em: set. 2015.

HUAT, Chua Beng. Singapore as model: planning innovations, knowledge experts. In: ROY, Ananya; ONG, Aihwa (Ed.). **Worlding cities**: Asian experiments

and the art of being global. John Wiley & Sons, 2011. p. 29-54.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

KENYA gets its first multi-billion dollar real estate development as property prices soar. **PropertyWire**, Oct. 2010. Disponível em: <<http://www.propertywire.com/news/africa/major-development-for-kenya-201010294633.html>>. Acesso em: set. 2014.

KERMELIOTIS, Teo. Africa's 'new cities': urban future or utopian fantasies? **CNN**, maio 2013. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2013/05/30/business/africa-new-cities-konza-eko/>>. Acesso em: set. 2015.

KOLESNIKOV-JESSOP, Sonia. Singapore exports its government expertise in urban planning. **The New York Times**, abr. 2007. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2010/04/28/business/global/28urban.html?\\_r=2&adxnnl=1&pagewanted=all&adxnnlx=1387999046-EnpQZ/hqX8EadRbc+nX4tA&](http://www.nytimes.com/2010/04/28/business/global/28urban.html?_r=2&adxnnl=1&pagewanted=all&adxnnlx=1387999046-EnpQZ/hqX8EadRbc+nX4tA&)>. Acesso em: set. 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

MAIA, Flavia. Projeto Brasília 2060, feito por consultoria de Cingapura, será reavaliado. **Correio Braziliense**, nov. 2014. Disponível em: <[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/11/02/interna\\_cidadesdf,455576/projeto-brasilia-2060-feito-por-consultoria-de-cingapura-sera-reavaliado.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/11/02/interna_cidadesdf,455576/projeto-brasilia-2060-feito-por-consultoria-de-cingapura-sera-reavaliado.shtml)>. Acesso em: out. 2015.

MCNEILL, Donald. **The global architect**: firms, fame and urban form. New York: Routledge, 2009.

MOORE, Malcom; FOSTER, Peter. China to create largest mega city in the world with 42 million people. **The Telegraph**, Beijing, jan. 2011. Disponível em

<<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/china/8278315/China-to-create-largest-mega-city-in-the-world-with-42-million-people.html>>. Acesso em: set. 2015.

NEW Hong-Kong- Shenzhen Qianhai Zone signs deals worth US\$ 35 billion. **China Briefing.com**, July 2012. Disponível em: <<http://www.chinabriefing.com/news/2012/07/19/new-hong-kong-shenzhen-qianhai-zone-signs-deals-worth-us35-billion.html>>. Acesso em: set. 2015.

NZOHABONIMANA, Daniel. Boom town: kigali's chinese investment. **Pambazuka News**, n. 665, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.pambazuka.net/en/category.php/features/90523>>. Acesso em: set. 2015.

ONG, Aihwa. Hyperbuilding: spectacle, speculation, and the hyperspace of sovereignty. In: ROY, Ananya; ONG, Aihwa (Ed.). **Worlding cities: Asian experiments and the art of being global**. John Wiley & Sons, 2011.

PENNA, Nelba Azevedo. **A cidade para além da especulação: entre o capital e a habitação social**. VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. São Paulo, setembro de 2014. Disponível em <<http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo3/Nelba%20Azevedo%20Penna.pdf>>

REN, Xuefei. **Building globalization: Transnational architecture production in urban China**. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

REUTSKAJA, Elena; NUENO, Jose Luis. **Starchitects, emblematic buildings and their effects on urban economies**. Navarra: IESE Business School, Universidad de Navarra, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.jlnueno.com/wordpress/wp-content/uploads/MN-0369-E.pdf>>. Acesso em: set. 2015.

ROY, Ananya. The blockade of the world-class city: dialectical images of Indian

urbanism. In: ROY, Ananya; ONG, Aihwa (Ed.). **Worlding cities: Asian experiments and the art of being global**. John Wiley & Sons, 2011. p. 259-278.

ROY, Ananya; ONG, Aihwa (Ed.). **Worlding cities: Asian experiments and the art of being global**. John Wiley & Sons, 2011.

SIU, Helen F. Retuning a Provincialized Middle Class in Asia's Urban Postmodern: The Case of Hong Kong. In: ROY, Ananya; ONG, Aihwa (Ed.). **Worlding cities: Asian experiments and the art of being global**. John Wiley & Sons, 2011. p. 127-159.

SMITH, Michael Peter. **Transnational urbanism: locating globalization**. Oxford: Blackwell, 2011.

STRUXNESS, Abigail. **The impact of authoritarian rule on the success of global city branding efforts: Dubai, Singapore, and Mumbai**. 2013. 28 f. Tese (Doutorado) - University of Puget Sound, Tacoma, 2013.

THE LOGICO of this story is the logic of a dream hub... or a nightmare. [S.]: Gusts of popular feeling, 2013. Disponível em: <<http://populargusts.blogspot.kr/2013/04/the-logic-of-this-story-is-logic-of.html>>. Acesso em: set. 2015.

VARTANIAN, Hrag. Is contemporary architecture a PR panacea for autocrats? Western Architectural Ethics & Undemocratic nations. **Brooklyn Rail**, Sept. 2008. Disponível em: <<http://www.brooklynrail.org/2008/09/artseen/is-contemporary-architecture-a-pr-panacea-for-autocrats>>. Acesso em: set. 2015.

WATTS, Jonathan. Honduras to build new city with its own laws and tax system to attract investors. **The Guardian**, Sept. 2012. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2012/sep/06/honduras-new-city-laws-investors>>. Acesso em: set. 2015.

WHY HAS China built a ghost town in Africa? **Daily Mail**, July 2012. Disponível

em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2168507/Footage-shows-brand-new-Angolan-city-designed-500-000-lying-empty.html>>. Acesso em: set. 2015.